



Bruno Motta de Vasconcellos

Leviathan nu
Por uma leitura não logocêntrica do conceito de
soberania na obra de Thomas Hobbes, com
aplicações para regimes democráticos

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Direito.

Orientador: Prof. Adriano Pilatti

Rio de Janeiro
Abril de 2014



Bruno Motta de Vasconcellos

Leviathan nu
Por uma leitura não logocêntrica do conceito de
soberania na obra de Thomas Hobbes, com
aplicações para regimes democráticos

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Direito.

Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof. Adriano Pilatti

Orientador

Departamento de Direito – PUC-Rio

Prof. Carlos Alberto Plastino

Departamento de Direito – PUC-Rio

Prof. Francisco de Guimaraens

Departamento de Direito – PUC-Rio

Prof^a. Mônica Herz

Vice-Decana de Pós-Graduação
do Centro de Ciências Sociais – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 28 de abril de 2014

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e do orientador.

Bruno Motta de Vasconcellos

Graduou-se Direito na PUC-Rio (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro). Durante quase toda a graduação, participou do PET-Jur (Programa de Educação Tutorial do Departamento de Direito da PUC-Rio), no qual desenvolve-se a pesquisa coletiva *Bases Materiais do Constitucionalismo Brasileiro*, e, individualmente, iniciou sua pesquisa sobre a filosofia de Thomas Hobbes e o conceito de soberania. Atualmente, participa do grupo de pesquisas Direitos em Movimento, do Núcleo de Estudos Constitucionais da PUC-Rio, coordenado pelo Prof. Adriano Pilatti.

Ficha Catalográfica

Vasconcellos, Bruno Motta de

Leviathan nu: por uma leitura não logocêntrica do conceito de soberania na obra de Thomas Hobbes, com aplicações para regimes democráticos / Bruno Motta de Vasconcellos; orientador: Adriano Pilatti. – Rio de Janeiro: PUC, Departamento de de Direito, 2014.

v. 290 f.: il. ; 29,7 cm

1. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Direito.

Inclui referências bibliográficas.

1. Direito – Teses. 2. Hobbes, Thomas. 3. Leviatã 4. Soberania. 5. Democracia. 6. Constitucionalismo 7. Resistência 8. Antiessencialismo 9. Desconstrução. 10. Logos. I. Pilatti, Adriano (Adriano Pilatti). II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Direito. III. Título.

CDD: 340

Agradecimentos

Ao meu orientador, Prof. Adriano Pilatti, por ter acreditado neste trabalho e em mim, desde a época do PET-Jur até agora, no Direitos em Movimento, sendo sempre um apoio inestimável e uma grande influência para quem quer entender o direito e a política em sua concreta materialidade.

Ao Prof. Francisco “Chico” de Guimaraens, por todos os anos de PET-Jur e pelas lições espinosanas, que me ajudaram a compreender melhor Hobbes, além dos imprescindíveis comentários na Banca de Qualificação deste trabalho, sem os quais o mesmo não teria seguido pelo rumo que seguiu.

Ao Prof. Carlos Alberto Plastino, por ter me introduzido às obras de Freud, no remoto ano de 2007, mas cuja influência segue-me até hoje e refletiu-se neste trabalho e na leitura da obra de Hobbes.

Ao Prof. Noel Struchiner, pela participação na Banca de Qualificação e pelas valiosas lições ministradas em suas aulas, as quais permitiram várias reflexões que se refletem nesta dissertação.

A todo o Corpo Docente do Departamento de Direito da PUC-Rio.

A todos os funcionários do Departamento, principalmente, Anderson e Carmem, por serem sempre prestativos e pelo grande auxílio que nos dão, sem o qual esta Pós-Graduação não seria tão fantástica quanto é.

À CAPES e à PUC-Rio, pelos auxílios concedidos, sem os quais este trabalho não poderia ter sido realizado.

A todos os amigos e colegas do Mestrado, que compartilharam desta laboriosa, mas recompensadora empreitada, que é escrever uma dissertação.

À galera do Direitos em Movimento, ajudando a por em prática o que não pode ficar só na teoria.

A todos os meus amigos que foram compreensíveis com o meu “desaparecimento” nestes últimos meses, nos quais fiquei enclausurado, escrevendo este trabalho.

A toda a minha família, especialmente, meu pai, Francisco Eduardo de Vasconcelos, meu grande amigo, e, finalmente, por último, mas em primeiro lugar, minha mãe, Telma de Paula Mota Vasconcelos, a melhor mãe do mundo, grande incentivadora, cujo apoio não foi fundamental apenas para este trabalho, mas para tudo nesta minha vida.

Resumo

Vasconcellos, Bruno Motta de; Pilatti, Adriano. **Leviathan nu: por uma leitura não logocêntrica do conceito de soberania na obra de Thomas Hobbes, com aplicações para regimes democráticos**. Rio de Janeiro, 2014. 290 p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Na teoria político-jurídica, o *Leviathan* é o monstro que a assombra. É possível, contudo, uma leitura da obra de Hobbes que evite esta assombração: que revele uma concepção da ideia de soberania sem as mitificações que o conceito geralmente traz consigo. É possível até perceber uma certa ironia na filosofia hobbessiana, que devolve esta assombração ao próprio leitor quando este encara a soberania como tabu. Isto, pois, a partir de um resgate da filosofia primeira de Hobbes, obtemos várias estratégias que permitem desconstruir discursos de autoridade. E Hobbes faz isto para refutar as dos que, em geral, consideram-se mais sábios que os outros, como escolásticos, juristas e cientistas. Com isto, ou haveria uma enorme contradição em sua teoria política, ou um sentido oculto que, ao mesmo tempo que propõe a autoridade, rebaixa-a a um mero tabu. Adotando a segunda hipótese, obtemos uma teoria para refutar discursos que fundamentam a autoridade em categorias transcendentais ou logocêntricas. Esta refutação pode ter aplicações no contexto político atual, pois a utilização de tais categorias é recorrente para impor limites à democracia. Ao mesmo tempo, eliminando a mitificação da soberania, Hobbes permite enxergá-la apenas como os pontos de conexão inicial e final de um sistema concebido para obter decisões políticas, o que, em uma democracia, como o filósofo propõe, deve ser o próprio *demos*. É a partir desta releitura de Hobbes que o presente trabalho apresenta estas conclusões, ao mesmo tempo que refuta uma interpretação tradicional de sua filosofia, que o vê apenas como mais um jusnaturalista.

Palavras-chave

Hobbes; leviatã; soberania; democracia; constitucionalismo; resistência; antiessencialismo; desconstrução; logos.

Abstract

Vasconcellos, Bruno Motta de; Pilatti, Adriano (Advisor). **Naked Leviathan: for a Non-Logocentric Reading of the Concept of Sovereignty in the Works of Thomas Hobbes, with Applications to Democratic Regimes.** Rio de Janeiro, 2014. 290 p. M.A. Dissertation – Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

In legal and political theory, *Leviathan* is its scary monster. However another reading is possible; a reading that avoids that dread: one that reveals a concept of sovereignty without all the mythifications that it usually brings together. It's even possible to sense a certain hobbesian irony which shows that the dread was within the reader himself when he faces sovereignty as a taboo. This becomes possible when we rescue Hobbes' first philosophy, recovering many strategies proposed by the philosopher that allow us to deconstruct discourses of authority. And Hobbes does that to refute those that, in general, consider themselves wiser than the others, like scholars, jurists and scientists. By that reading, either there is a big contradiction in Hobbes' political theory, or a hidden meaning, namely, that, at the same time Hobbes proposes the sovereign authority, he demotes it to a mere taboo. Adopting the latter, we obtain a theory that makes possible to rebut authority discourses based on transcendental and logocentric categories. This rebuttal may be applied in contemporary political contexts, as those categories are recurrently used to impose limits on democracy. At the same time, by demythifying sovereignty, Hobbes allows us perceive it only as an initial and terminal nodal connector in a system conceived to extract political decisions, one that in a democracy must be the *demos* itself. It's by this reading of Hobbes' philosophy that this work presents its conclusions and at the same time refutes a traditional interpretation of the same: one that perceives Hobbes only as another natural law philosopher.

Palavras-chave

Hobbes; Leviathan; sovereignty; democracy; constitutionalism; resistance; anti-essentialism; deconstruction; logos.

Sumário

1. Introdução	11
1.1. Uma nota sobre o <i>Logos</i>	13
1.2. Democracia	16
1.2.1. Forma <i>versus</i> substância	17
1.2.2. Paradoxos atuais da democracia	18
1.2.3. A atualidade de Hobbes para a democracia	22
1.3. Objetivos, ou <i>o que fazer?</i>	24
1.4. Questão de método	25
1.4.1. Falando a verdade	28
1.4.2. Uma ontologia relativa	30
1.4.3. Desconstruindo Hobbes	32
1.4.4. Questão de retórica	37
1.5. Estrutura do trabalho	39
 2. <i>Homo homini lupus, homo homini deus</i>	 42
2.1. <i>Ser ou não-Ser</i>	48
2.1.1. O ser acidental	51
2.2. Interlúdio I: <i>a vontade e o pecado</i>	59
2.3. <i>Conatus</i>	66
2.3.1. A vontade diante da liberdade e da necessidade	68
2.3.2. <i>Conatus</i> : definição hobbesiana I	70
2.3.3. <i>Conatus</i> : definição hobbesiana II	74
2.3.4. Espinosa: o desejo e a essência	77
2.4. O que resta, afinal, do indivíduo	83
2.4.1. A liberdade possível	83
2.4.2. O indivíduo multidão e a multidão individualizada	86
2.5. Conclusão: <i>homo hominis homo</i>	91
 3. <i>Bellum omnium contra omnes</i>	 92
3.1. O nobre selvagem <i>versus</i> o lobo hobbesiano	94
3.1.1. O estado de natureza hobbesiano: igualdade na diferença	98
3.1.2. As causas da cizânia	102
3.1.3. Um estado não primordial	103

3.1.4. Estado de natureza e capitalismo	110
3.2. Interlúdio II: <i>Babel</i>	117
3.2.1. <i>Ars Rhetorica</i>	119
3.3. <i>Incipit Leviathan</i>	129
3.3.1. <i>Tantum juris quantum potentia valet</i>	131
3.3.2. <i>Jus belli</i>	136
3.3.3. <i>Jus pac[t]is</i>	147
3.3.3.1. <i>Moralis lex sed nulla lex</i>	148
3.3.3.2. <i>Pacta sunt servanda</i>	157
3.3.3.3. <i>Leviathan</i>	163
4. <i>Leviathan nudus</i>	169
4.1. A vacuidade do absoluto	177
4.1.1. <i>Viv[r]e la résistance!</i>	182
4.2. Interlúdio III: <i>o que resta dos pactos</i>	192
4.3. Alienações	204
4.3.1. Como surgiu o <i>bug</i> da soberania no sistema de separação de poderes	206
4.3.1.1. <i>Proxies...</i>	213
4.3.1.2. <i>... and hacks</i>	221
4.3.2. Entre a inocência e o pecado, ou o <i>doublethink</i> <i>neoon</i>	226
4.3.2.1. O que é e o que não é o juspositivismo	229
4.3.3. O incrível caso da norma que nunca existiu	235
4.3.3.1. Kelsen e o vácuo	238
4.3.3.2. A relação da norma	243
4.3.3.3. A norma que nunca existiu	248
4.4. Conclusão: <i>e no fim, também o ato</i>	253
5. Conclusão	255
5.1. Recordação	259
5.1.1. Use a sua ilusão	260
5.1.2. Bem vindo ao deserto do real	262
5.1.3. O crepúsculo dos demônios	265
6. Referências bibliográficas	269

Lista de figuras

Figure 1 – Frontispício de <i>De Cive</i>	124
Figure 2 – Frontispício de <i>A guerra do Peloponeso</i>	125
Figure 3 – Frontispício de <i>Leviathan</i>	126
Figure 4 – Esboço do frontispício de <i>Leviathan</i>	127

I durst not write so boldly!
Thomas Hobbes